



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO



Ofício nº 144/2020/AJM

Monte Carlo/SC, em 29 de junho de 2020.

*Exmo. Sr. Vereador
VOLNIR STRATMANN
DD. Presidente da Câmara Municipal
Monte Carlo – SC.*

Senhor Presidente!

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me da presente, considerando a urgência da tramitação o projeto de Lei 14/2020, que suplementa orçamento do município e dá outras providências, a líder do governo antecipou os termos do Requerimento apontado na ultima sessão desta Casa Legislativa, pelo que neste momento, dispensando a convocação formal para resposta, nós servimos do presente oficio para prestar os seguintes esclarecimentos.

1) Conforme contrato de empréstimo anexo, na data de 30 de dezembro de 2019, este município firmou o contrato de financiamento junto ao BADESC.

2) A partir de então, iniciaram-se os trâmites necessários para a liberação do procedimento de licitação, que conforme observa-se pelo e-mail anexo, ocorreu na data 09/03/2020.

3) Sequencialmente, então deu-se abertura a licitação, e naquele momento, fora indicado nos autos daquele os recursos orçamentários necessário ao pagamento da obrigação a serem executadas no exercício do curso.

4) A análise de poder de endividamento é feita previamente, pelo próprio BADESC, isso antes, do município firmar o contrato de financiamento.

5) Um dos requisitos para que o município possa estar apto a pactuar o



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO



financiamento é ter o chamado poder de endividamento, para só então, firmar o contrato.

6) Então o que temos neste momento, é que por obvio, se o município foi autorizado a firmar o financiamento, é porque preenchia todos os requisitos, isso pode ser verificado no espelho do PVL, extraido, o qual é enviado anexo.

7) Assim, há previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento do objeto contratado, de acordo com seu respectivo cronograma.

8) O valor somente será liberado após o inicio da execução da obra, ou seja, vistoria, boletim de medição, aprovação, inseridos no sistema BADESC on-line.

9) A titulo conclusivo, na data de 17 de junho de 2020, esta administração, através do oficio 93/2020, já esclareceu a informação suscitada neste momento, quanto a transferência dos recursos financeiros.

Sendo o que havia, renovamos votos de consideração e apreço.

Cordialmente,

~~SONIA SALETE VEDOVATTO~~
Prefeita Municipal

PVL - Poderes de Verificação de Limites e Condições - PVL - Cadastro da Oferta Pública (OP) - Fase: Concessão

Detalhes do PVL

Ajuda

Possui 12 detalhes de Poderes de Verificação de Limites e Condições (PVL) para a licitação PVL - Poderes de Verificação de Limites e Condições - PVL - Cadastro da Oferta Pública (OP) - Fase: Concessão.

Dados Básicos

Tipo de interessado:	UF:	Interessado:	
Município	SC	Município	
Número do Processo:	Data do Protocolo:		
PVL-0000042019-78			
Tipo de operação:	Finalidade:		
Operação Contratual Interna	Infraestrutura		
Tipo de credor:	Credor:	Moeda:	Valor:
Instituição Financeira Nacional	Agência do Fomento do Estado de Santa Catarina (SA)	R\$	1.500.000,00
Status:		Movimentações	
Aguardando Poderes de prazo (PVL-78)			

Vínculos

PVL:	Processo:	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor:			
PVL-0000042019-78			2			
Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas	Informações Contábeis	Declaração do Chefe do Poder Executivo	Documentos

Notas

Explicativas (0) Resumo

¹ Destinação dos recursos conforme autorização legislativa

² Pavimentação de calcamento em pedra irregular de basalto, drenagem pluvial e sinalização viária, dos trechos da Rua Erci Dick, Rua Guilherme Corrêa de Vello, Rua Cândida Corrêa Becker, Rua Florêncio Ribeiro Corrêa, Trecho da Rua Florêncio Ribeiro Corrêa, Rua Vilma Caldart de Deus, Rua David Marcelo Sganderla, Travessa Francisco Zancan e Rua O Gênio Radrigues.

³ Taxa de juros

2,75% a.a.

⁴ Demais encargos e comissões (discriminar)

1 a.m., mais 2% s/débito atualizado (Encargos de inadimplência)

⁵ Indexador

Selic

⁶ Prazo de carência (meses)

12

⁷ Prazo de amortização (meses)

36

⁸ Prazo total (meses)

48

⁹ Ano de início da operação

2019

¹⁰ Ano de término da operação

2023

¹¹ Prazo de validade da proposta

Indeterminada

Informar validade

10/10 - Padrões de Licitação de Limites e Condições (PVL) - Cadastro de Operações Fiscais (COF) - Edital da União

Detalhes do PVL

Ajuda

Dados Básicos

Tipo de interessado:	Município	UF:	SC	Interessado:	Monte Carlo
Número do Processo:	PVL-0000904/2019-78	Data do Protocolo:			
Tipo de operação:	Operações Contratuais Internas	Finalidade:	Infraestrutura		
Tipo de credor:	Instituição Financeira Nacional	Credor:	Agência de Desenvolvimento Estadual de Santa Catarina S/A	Moeda:	Real
Status:	Concluído por decurso do prazo PVL/PA	Movimentações			

Vínculos

PVL:	Processo:	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor:			
PVL-0000904/2019-78			0			
Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas	Informações Contábeis	Declaração do Chefe do Poder Executivo	Documentos
Notas Explicativas (0)	Resumo					

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Sim Não

Caso o total de amortizações seja diferente do valor da operação, deve ser informado o motivo da divergência na aba "Notas Explicativas".

Caso a operação tenha vários cronogramas, deverá ser preenchido somente um cronograma consolidado, compatível com as informações da aba "Dados complementares".

Alterações no "Ano de início da operação" e no "Ano de término da operação" devem ser realizadas na aba "Dados complementares".

Preencher o cronograma com valores anualizados, em Real.

Gerar arquivo

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortização	Juros, demais encargos e comissões	Total de reembolsos
2019	0,00	1.500.000,00	0,00	10.984,50	10.984,50
2020	0,00	0,00	41.666,67	134.019,00	176.685,67
2021	0,00	0,00	500.000,04	109.555,73	609.555,77
2022	0,00	0,00	500.000,04	65.229,80	565.229,80
2023	0,00	0,00	458.333,25	20.199,47	478.532,72
Total:	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	339.988,50	1.839.988,50

Ação | Pedidos de Verificação de Limites e Condições (PVL) | Cadastro de Dívida Pública (CDP) | Fale conosco | Ajuda

Detalhes do PVL

Ajuda

Dados Básicos

Tipo de interessado:	UF:	Interessado:	
Município	SC	Monte Carlo	
Número do Processo:	Data do Protocolo:		
PVL 007004-2019-08			
Tipo de operação:	Finalidade:		
Operação Contratual Interna	Infraestrutura		
Tipo de credor:	Credor:	Moeda:	Valor:
Instituição Financeira Nacional	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	Real	1.500.000,00
Status:		Movimentações	
Ativo, não com decurso de prazo (PVL-BF)			

Vínculos

PVL:	Processo:	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor:
PVL 007004-2019-08			0

Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas	Informações Contábeis	Declaração do Chefe do Poder Executivo	Documentos
----------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	-----------------------	--	------------

Notas Expositivas (0) Resumo

Cronograma de liberações

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim Não

O interessado declara não haver liberações previstas de operações já contratadas.

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma, NÃO estão incluídos os cistêndos da operação pleiteada. O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". O valor correspondente ao ano de 2020 inclui os valores pagos e a pagar no referido exercício (de janeiro a dezembro). Estão inseridas linhas referentes a todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pleiteada. Na linha "Restante a pagar" devem ser informados as amortizações e encargos posteriores a 2023, consolidados. No caso de não existirem pagamentos adicionais, informar "0,00". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

Ano	Dívida corrente		Operações contratadas com liberações a partir do início do exercício em curso		Total	
	Amortização	Encargos	Amortização	Encargos	Amortização	Encargos
2019	648.525,42	33.500,00	0,00	0,00	648.525,42	33.500,00
2020	211.860,00	26.500,00	0,00	0,00	211.860,00	26.500,00
2021	208.860,00	11.200,00	0,00	0,00	208.860,00	11.200,00

Ano	exercício em curso					
	Amortização	Encargos	Amortização	Encargos	Amortização	Encargos
2022	132.439,47	5.500,00	0,00	0,00	132.439,47	5.500,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	1.201.684,89	76.700,00	0,00	0,00	1.201.684,89	76.700,00

Taxas de câmbio

Não existem taxas documentada em moeda estrangeira.

Sim Não

[Início](#) | [Folheto de Informação ao Credor \(FIC\)](#) | [Cartaz da Dívida Pública \(CDP\)](#) | [Fale conosco](#)

[Acessar área restrita](#)

Detalhes do PVL

Aqui

Dados Básicos

Tipo de interessado:	Município	UF:	SC	Interessado:	Município
Número do Processo:	PVL-02-007864-2019-78	Data do Protocolo:			
Tipo de operação:	Desenvolvimento Interno	Finalidade:	Infraestrutura		
Tipo de credor:	Instituição Financeira Nacional	Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	Moeda:	R\$
Status:	Arquivado por decurso de prazo (PVL-ES)			Valor:	1.500.000,00
				Movimentações	

Vínculos

PVL:	Processo:	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor:
PVL-02-007864-2019-78			0
Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas
Notas Explicativas (0)	Resumo	Informações Contábeis	Declaração do Chefe do Poder Executivo
			Documentos

Os dados da RGF e do RREO homologados foram extraídos do 8º conf. (01.07.2018) - 6.394.48

Para a contabilização de operações de crédito, os interessados devem homologar suas informações contábeis referentes aos dois últimos exercícios e ao exercício em curso (atual) no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sicconfi), nos prazos estabelecidos nos arts. 52 e 55, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Forma de preenchimento das informações contábeis:

Automático Manual

A funcionalidade de preenchimento automático requer o preenchimento dos campos "Demonstrativo", "Relatório", "Exercício" e "Período".

[Obter valores do Sicconfi](#)

Balanço Orçamentário do Último RREO do exercício anterior

Preencha os campos abaixo com as informações publicadas no "Balanço Orçamentário" do RREO indicado.

Contingência: Balanço Orçamentário	:	RREO publicado
Exercício: 2018	:	Período: 6º Bimestre

* Horário de operações de crédito finalizadas: 31/5/2018 253.051,43

* Despesas de capital executadas (liquidadas até o momento + inscritas em restos a pagar na previsão)

2.235.505,92

Balanço Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso.

O campo "despesas de capital do exercício em curso" deve ser preenchido com o valor de "Despesas de capital do exercício em curso" da LOA.

Exercício: 2019 Período: 2º Bimestre

*Despesas de capital (duplicação atualizada): 1.378.735,31

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)

Informe abaixo o último RREO exigível para publicação do "Demonstrativo da Receita Corrente Líquida". Municípios sortentes do art. 63 da LRF publicam o demonstrativo semestralmente.

Demonstrativo - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Relatório: RREO
Corrente Líquida
Exercício: 2019
Exercício: Mês/ano

Preencha os campos abaixo com as informações publicadas no "Demonstrativo da Receita Corrente Líquida" do RREO indicado.

*Receita corrente líquida (RCL): 28.334.858,07

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)

Informe abaixo o último RGF exigível. Municípios sortentes do art. 63 da LRF publicam o demonstrativo semestralmente.

Demonstrativo - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Relatório: RGF
Consolidada Líquida
Exercício: 2019
Exercício: Período

Preencha os campos abaixo com as informações publicadas no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida" do RGF indicado.

*Dívida Consolidada (DC): 897.182,52
*Reduções: 5.465.874,70
*Dívida consolidada Líquida (DCL): -4.568.692,18
*Receita corrente líquida (RCL): 28.334.858,07

Clique no botão "Obter valores do Siconfi" para extrair os valores dos relatórios publicados no Siconfi. Caso algum valor não esteja correto, será preciso retificar o respectivo relatório junto ao Siconfi e acionar novamente o botão.

Obter valores do Siconfi

Processo: PVL-07-009204/2019-78 | Data de protocolo: 07/03/2019 | Última atualização: 07/03/2019

Detalhes do PVL

Ajuda

Dados Básicos

Tipo de interessado: Município	UF: SC	Interessado: Município
Número do Processo: PVL-07-009204/2019-78	Data do Protocolo:	
Tipo de operação: Operação Contratual Interna	Finalidade: Infraestrutura	
Tipo de credor: Instituição Financeira Nacional	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	Moeda: Real
Status: Aguardando o decurso do prazo (PVL-IE)	Valor: 1.500.000,00	
Movimentações:		

Vínculos

PVL:	Processo:	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor:
PVL-07-009204/2019-78			0
Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas
Notas Explicativas (0)	Resumo		

Declaro, sob juramento, que as informações prestadas neste Protocolo de Verificação de Fazenda e Condições são verdadeiras.

Declaração sobre o orçamento

* Os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada estão incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF?

Sim Não

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

* Houve parcelamentos de débitos e desvios de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras (com objeto de anulação da STN e devolução regularizadas)?

Sim Não

Operações vedadas no âmbito do art. 36 da LRF

* Foi emitida, em detrimento do art. 36 da LRF, uma ordem de pagamento de crédito junto a terceiros (devedores)?

Sim Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSE nº 43/2001

* Houve prática alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSE nº 43/2001?

Sim Não

O Poder Executivo Federal responde que, em decorrência das normas de cálculo e aplicação dos limites de endividamento estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 - LCF, o Município não pode contratar operações de crédito com o Poder Legislativo, salvo quando autorizadas por meio do Projeto de Lei nº 1.991, de 24/07/2000, que alterou o art. 167 da Constituição Federal, para permitir a contratação de operações de crédito com o Poder Legislativo, sempre que o Poder Executivo Federal estiver autorizado a contratar operações de crédito com o Poder Legislativo, de acordo com o disposto no Programa Nacional de Iluminação Pública Elétrica (PNIE), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000.

Sim Não

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea 'c' do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:
"a) No art. 23 da LRF (limites de passada)?"

Sim Não

"b) No art. 33 da LRF (não contratação de operações de crédito realizada com infração ao disposto na LRF)?"

Sim Não

"c) No art. 37 da LRF (mais realização de operações vedadas)?"

Sim Não

"d) No art. 52 da LRF (publicação de relatório resumo da execução orçamentária - RREO)?"

Sim Não

"e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?"

Sim Não

"f) Na medida II do art. 167 da Constituição Federal (não utilização de crédito em relação às despesas de capital)?"

Sim Não

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Sim Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Sim Não

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Sim Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LCF?

Sim Não

Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

No exercício social de 2014, do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de operação prestada em operação de crédito, relativamente à dívidas ainda não liquidadas?

Sim Não

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal:

Além das despesas de pessoal referidas no art. 18 da LCF, o Ente, nesse mesmo período, realizou outras despesas com pessoal, que, juntas, somaram o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

* Exercício:
2019

* Período:

Despesa com pessoal	Poder Executivo	Poder Legislativo
Despesa bruta com pessoal	15.217.152,42	855.302,06
Despesas não computadas	0,00	0,00

Imposto de renda retido na fonte - IRPF (ativos, ativos e pensionistas)	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	15.217.152,42	855.302,06
Desconta Correção Líquida (DCL)	27.834.858,07	27.834.858,07
TDP/DCL	54,67	3,07
Límite máxima	54,00	6,00

Fonte: TDP = Total das Despesas com Pessoal. DCL = Desconto Correção Líquida. O valor da correção líquida é o resultado da aplicação da correção monetária sobre o total das despesas com pessoal.

Fundo Pedidos de Verificação de Limites e Condições (PVL) Cadastro da Dívida Pública (CDP) Fale conosco

Detalhes do PVL

Ajuda

Dados Básicos

Tipo de interessado: Governo	UF: SC	Interessado: Monte Carlo
Número do Processo: PVL-02-000004-2019-79	Data do Protocolo:	
Tipo de operação: Operação Contratual Interna	Finalidade: Infraestrutura	
Tipo de credor: Instituição Financeira Nacional	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SIA	Moeda: Real
Status: Arquivado por decurso de prazo (PVL-IF)	Movimentações	Valor: 1.500.000,00

Vínculos

PVL:	Processo:	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor:
PVL-02-000004-2019-79			0

Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas	Informações Contábeis	Declaração do Chefe do Poder Executivo	Documentos
----------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	-----------------------	--	------------

Notas
Explicativas (0)
Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito, interno e externo, entre o Estado do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, ficam realizadas as verificações preliminares a seguir.

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

Ano	Operação pleiteada	Liberações programadas	Total de liberações
2019	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
2020	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos é baseado na data de vencimento das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

Ano	Amortização e Encargos		Total
	Operação pleiteada	Demais Operações	
2019	10.484,50	682.025,42	692.009,92
2020	175.665,67	238.360,00	414.045,67
2021	609.655,77	220.000,00	829.615,77
2022	565.229,64	137.939,47	703.169,31
2023	476.532,72	0,00	476.532,72
Totalante a pagar	1.000,00	0,00	0,00

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001

Enquadrado

Exercício anterior

Despesas de capital executadas do exercício anterior	2.235.505,92
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Investimentos financeiros na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustadas	2.235.505,92
Héritas de liberações de crédito do exercício anterior	253.051,43
Antecipação de Receta Orçamentária (ARO) contrastada e não paga do exercício anterior	0,00
Recipientes de operações de crédito do exercício anterior ajustadas	253.051,43

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001

Enquadrado

Exercício corrente

Despesas de capital previstas no orçamento	3.378.735,31
"Inciso I - Despesas previstas à reserva, relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Investimentos financeiros na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	3.378.735,31
Liberações de crédito já programadas	0,00
Liberacão da operação pleiteada	1.500.000,00
Liberações ajustadas	1.500.000,00

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

Enquadrado

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2019	1.500.000,00	0,00	28.440.408,69	5,27	32,96
2020	0,00	0,00	28.599.472,30	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	28.759.425,53	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	28.920.273,37	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	29.082.020,80	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

Enquadrado

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2019	10.964,50	632.023,42	28.440.408,69	2,44
2020	170.685,87	538.360,10	28.599.472,30	1,48
2021	609.500,77	550.040,10	28.759.425,53	2,85
2022	566.220,84	137.419,47	28.920.273,37	2,43
2023	478.632,72	0,00	29.082.020,80	1,65
Média até 2027:				-
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				-
Média até o término da operação:			2,17	
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:			18,86	

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Enquadrado

Rotação Corrente/Liquidez (RCL)	28.334.848,00
Fluxo de Caixa Operacional (FCOP)	28.402.699,18

Saldo total da dívida líquida	-3.068.692,18
Saldo total da dívida líquida RGI	-0,11
Límite de DCL/RGI	1,20
Percentual do limite de endividamento	>9,03%

Operações de crédito pendentes de regularização

Enquadrado

Data da consulta:
21/11/2019
Não há ocorrência de PVI de operação de crédito a ser regularizada.

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Enquadrado

Data da consulta:
21/11/2019

Data-base	Status	Data do status	Situação do ente
31/12/2018	Analisado e homologado	12/03/2019 15:47:58	Regular

Fonte: Sistema de Gestão da Dívida Pública (Sistemat) - Ministério da Fazenda - Governo Federal - Brasil



Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC /
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
Nº 2019 0295 01**

Contrato de Empréstimo que entre si fazem a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, e o Município de Monte Carlo, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, o programa denominado BADESC CIDADES - Nº 2019 0295 01, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, com sede e foro em Florianópolis(SC), à Rua Almirante Alvim, 491, inscrita no CNPJ sob o número 82.937.293/0001-00, doravante denominada BADESC; e o Município de Monte Carlo, inscrito no CNPJ sob o número 95.996.104/0001-04, doravante denominado como MUNICÍPIO, com interveniência do Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, doravante denominado BANCO DO BRASIL, todos por seus representantes legais infrafirmados, ajustam o presente Contrato de mútuo para financiamento através do Programa Operacional BADESC CIDADES, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula 1º. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Regem o presente Contrato de Empréstimo e dele fazem parte integrante, como se transcritas estivessem, excetuando-se naquilo que colidir com o que neste instrumento for expressamente convencionado ou com a legislação específica e bancária, as condições gerais à que se subordinam as operações financeiras realizadas pelo BADESC, registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Florianópolis (SC) sob o n. 62.563.

Aplicam-se, igualmente, para todos os efeitos, o contido nas Normas Operacionais específicas ao BADESC CIDADES, aprovadas pelo BADESC através de Resolução vigente, de pleno conhecimento dos contratantes e com os quais concordam.

Cláusula 2º. DO VALOR DO OBJETO

O BADESC, na qualidade de prestador de serviços e Agente Financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, concede ao Município de Monte Carlo, devidamente autorizada a contratar pela(s) Lei(s) Municipal(ais) nº 1152 de 07/06/2019 e nº 1163 de 13/09/2019, o empréstimo no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais), com recursos próprios originários do Programa Operacional BADESC CIDADES, cujos recursos se destinam à pavimentação de calçamento em pedra irregular de basalto, além da drenagem pluvial e sinalização viária dos trechos da Rua Erci Dick (entre a Rodovia SC com a Avenida Enio Lopes de Albuquerque, Bairro São Carlos), Rua Guilherme Corrêa de Melo (entre a Rodovia SC com a Avenida Enio Lopes de

Albuquerque, bairro São Carlos , Rua Cândida Corrêa Becker (entre a rua Manoel Schumacher até a Joaquim Corrêa de Melo, bairro São Carlos), Rua Florêncio Ribeiro Corrêa(entre as ruas Bernardino Lopes de Albuquerque e Joaquim Correa de Melo, bairro São Carlos, Trecho da Rua Florêncio Ribeiro Corrêa (entre as ruas Domingo Rigo e Mariano Pisani, bairro centro), Rua Wilma Caldart de Deus(entre as ruas David Sganderla até a rua Joaquim Corrêa de Melo, bairro São Carlos), Rua David Marcelo Sganderla, Travessa Francisco Zancan, Rua O gênio Rodrigues.

Cláusula 3º. DOS ENCARGOS FINANCIEROS

Sobre o valor do presente Contrato, incidirão juros de 2,75% (dois vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, mais a variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Taxas SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS: Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA: A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BADESC, com antecedência, pelo qual o BADESC informará ao MUNICÍPIO o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento. O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o MUNICÍPIO da obrigação de pagar as prestações do valor principal e encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados pelo BADESC, originários do Programa Operacional BADESC CIDADES, aprovado pela Resolução vigente do BADESC, a remuneração prevista na Cláusula Terceira acima, passará a ser efetuada mediante utilização do novo critério, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar, nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso o BADESC comunicará por escrito ao MUNICÍPIO, o novo critério a ser adotado.

Cláusula 4º. DOS REPASSES AO MUNICÍPIO

O valor do empréstimo de que trata este contrato será repassado pelo BADESC ao Município, mediante a devida comprovação de atendimento dos requisitos necessários para a liberação dos recursos, conforme previsto na competente instrução regulamentar.

Parágrafo Primeiro:

Os recursos financeiros repassados pelo BADESC serão depositados por este, em conta específica do MUNICÍPIO junto ao BANCO DO BRASIL.

BADESC Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC

Parágrafo Segundo:

A primeira liberação de recursos será de acordo com o cronograma informado na agência on line, sem prejuízo da posterior comprovação da aplicação regular do recurso no objeto de financiamento.

Cláusula 5º. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Obriga-se o MUNICÍPIO a aplicar os recursos recebidos, exclusivamente em projetos ou subprojetos no âmbito do BADESC CIDADES. O descumprimento, desta obrigação, implicará na suspensão das liberações, vencimento antecipado do Contrato e impedimento do MUNICÍPIO de se utilizar de novos recursos do BADESC CIDADES.

Parágrafo primeiro:

Nas mesmas penalidades, incorrerá o MUNICÍPIO que não atender os procedimentos e formalidades administrativas, estabelecidas nas normas operacionais aplicáveis ao BADESC CIDADES.

Parágrafo segundo:

O BADESC comunicará os casos de desvio de finalidade da aplicação de recursos ao Ministério Público, bem como quando houver indícios de outros crimes relacionados à operação objeto do financiamento.

Cláusula 6º. DA FORMA DE PAGAMENTO

São devidos pelo MUNICÍPIO, a título de cumprimento das obrigações contratuais, as seguintes parcelas:

JUROS: Em 12 (doze) parcelas mensais, contados a partir do dia 10(dez) subsequente à data da formalização deste Contrato, vencendo-se a primeira em 10/01/2020 e a última em 10/12/2020.

AMORTIZAÇÃO: Em 36 (trinta e seis) prestações, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 10/01/2021 e a última em 10/12/2023, devidamente atualizadas com base nos ENCARGOS FINANCEIROS de que trata a Cláusula Terceira acima, devendo os referidos ENCARGOS FINANCEIROS serem contados a partir da data do último pagamento da Carência.

O MUNICÍPIO poderá liquidar a dívida antecipadamente, ou fazer amortizações extraordinárias da mesma, no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor do seu saldo devedor, devidamente atualizado, ocasião em que os encargos financeiros serão cobrados proporcionalmente até a data do efetivo pagamento.

Parágrafo primeiro:

BADESC Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC

Para cumprimento integral das obrigações assumidas no presente Contrato, o MUNICÍPIO, desde já de forma irrevogável e irretratável, independentemente de qualquer outra formalidade, autoriza o BANCO DO BRASIL a efetuar o pagamento das parcelas constantes da Cláusula supra, debitando os valores da conta de centralização de receitas do ICMS do MUNICÍPIO, até o limite das obrigações principais e acessórias, no montante necessário e informado pelo BADESC, cujo produto se destina ao pagamento das obrigações assumidas.

O BANCO DO BRASIL se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a repassar ao BADESC o valor das importâncias debitadas nos vencimentos de que trata a Cláusula supra, observando o montante que lhe for informado mensalmente por esta Agência de Fomento.

Parágrafo segundo:

O MUNICÍPIO se compromete a manter, junto ao BANCO DO BRASIL, a conta de centralização de receitas do ICMS do município, referida no parágrafo acima, e somente substituir as instituições depositárias após comunicação ao BADESC, com a ciência do BANCO DO BRASIL, desde que a nova instituição depositária se manifeste formalmente de acordo com os termos do presente Contrato, no que se refere às suas obrigações.

Parágrafo terceiro:

O MUNICÍPIO constitui o BADESC seu procurador neste ato e em documento à parte para receber e dar quitação das importâncias de que trata esta Cláusula.

Parágrafo quarto:

Se o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM tiver sua denominação alterada ou for substituído por outro imposto ou por qualquer outra espécie de arrecadação, a vinculação ora constituída permanecerá na íntegra, ajustada automaticamente à nova situação sem necessidade de qualquer formalização.



Cláusula 7º. DA CERTEZA DA LIQUIDEZ DA DÍVIDA

O MUNICÍPIO reconhece a qualquer tempo, como prova de seu débito, os cheques, recibos, requisições, ordens que emitir ou assinar, e quaisquer lançamentos que o BADESC, sob aviso, efetuar em sua conta, de acordo com as condições deste Contrato.

O BADESC reconhecerá, por sua vez, os recibos e comunicações que assinar ou expedir pelos recebimentos em dinheiro a crédito do MUNICÍPIO.

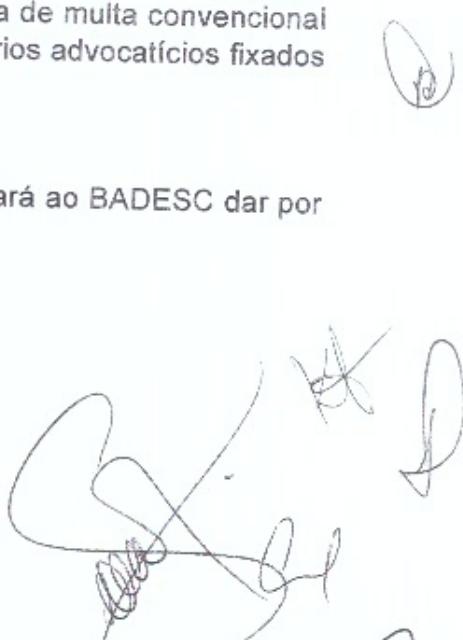
Desse modo, fica expressa e assegurada, a qualquer tempo, a certeza e liquidez da dívida do MUNICÍPIO, compreendendo os cálculos de juros, encargos financeiros, comissões, taxas, juros moratórios, multas, despesas e seguros, impostos, despesas com a conservação de bens onerados e outras que, com o principal, formarão o débito, não podendo o MUNICÍPIO exigir processo especial de verificação, nem por qualquer forma ou sob qualquer pretexto retardar o pagamento ou a cobrança do saldo devedor demonstrado pelo BADESC, ficando ressalvado, entretanto, o uso posterior da ação de repetição em caso de erro.

Cláusula 8º. DO INADIMPLEMENTO

- a) No caso de impontualidade nos pagamentos devidos a qualquer título, sem prejuízo de vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e das demais combinações legais e convencionais, sobre os débitos vencidos, incidirão os encargos financeiros previstos na Cláusula Terceira deste Contrato, calculados dia a dia sobre o saldo devedor, até o efetivo pagamento destes débitos, acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia em regime de juros compostos, de acordo com as normas emanadas do Banco Central do Brasil, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), sobre os débitos devidamente atualizados.
- b) Se o BADESC tiver que recorrer à via judicial, ainda que em concurso de credores para obter o pagamento do seu crédito, terá direito à cobrança de multa convencional de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida além de honorários advocatícios fixados pelo juízo, acrescido da multa convencional.

Parágrafo único:

A inadimplência por prazo superior a 90 (noventa) dias, facultará ao BADESC dar por vencida antecipadamente a totalidade da dívida.



Cláusula 9º. CONDICIONANTES PARA LIBERAÇÃO

- I. Abrir conta específica para depósito e movimentação dos recursos oriundos do presente Contrato junto ao BANCO DO BRASIL;
- II. Comprovação da Contrapartida, se houver;
- III. Apresentação de Certidão Negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS;
- IV. Pagamento da taxa de ressarcimento de despesas no valor de R\$ 17.250,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo primeiro:

Após a última liberação, o MUNICÍPIO terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar os comprovantes dos pagamentos aos prestadores de serviços ou fornecedores, relativos a referida liberação.

Parágrafo segundo:

Os recursos do presente Contrato deverão ser utilizados pelo MUNICÍPIO até 31/12/2020.

Parágrafo terceiro:

Após o término do prazo para utilização dos recursos, caso não haja mais a possibilidade de liberação do saldo remanescente por parte do BADESC, em razão do término da obra ou qualquer outra motivação que a impossibilite, o referido saldo será cancelado por esta instituição com a ciência do MUNICÍPIO.

Parágrafo quarto:

Após a contratação com o BADESC, caso haja inércia injustificada do MUNICÍPIO no que se refere ao envio de documentos para a liberação de recursos, o saldo poderá ser cancelado por esta instituição com a ciência do MUNICÍPIO.

Cláusula 10º. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Compete ao MUNICÍPIO executar os projetos de investimentos que se constituem em um ou mais subprojetos aprovados, devendo para tanto, adotar, entre outras, as seguintes medidas:

- I. Executar o Projeto com diligência e eficiência e de conformidade com as práticas adequadas de administração financeira, técnica e de engenharia;
- II. Executar as obras, serviços e aquisições, obedecendo aos procedimentos e formalidades administrativas cabíveis, especialmente àqueles previstos nos Manuais do BADESC CIDADES quanto à licitação pública;
- III. Utilizar os bens e serviços obtidos com recursos do empréstimo, exclusivamente para os subprojetos constantes do BADESC CIDADES;
- IV.

BADESC Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC

Cláusula 14º. FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis (SC), podendo o BADESC optar por qualquer outro permitido em lei, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2019.

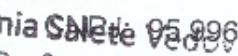
CREDOR: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC
Sede: Florianópolis (SC) - CNPJ 82.937.293/0001-00


Eduardo Alexandre Corrêa de Machado
Diretor-Presidente



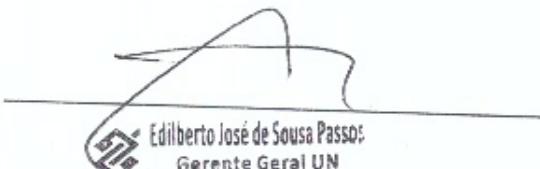
Karla Sobieski
GEROM/TFD - Matr. 368-9
Advogada - OAB/SC 16.330

EMITENTE:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
Sede: Monte Carlo -  Sonia Sandes Velloso - CNPJ 95.996.104/0001-04
Prefeita Municipal
Município de Monte Carlo
CPF: 951.900.829-21

INTERVENIENTE:

BANCO DO BRASIL S. A.
Sede: Florianópolis - SC CNPJ: 00.000.000/0001-91


Edilberto José de Sousa Passos
Gerente Geral UN

4
VX

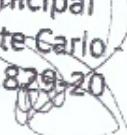
BADESC Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC

TESTEMUNHAS:


Cristiano Soca da Silva
Diretor de Operações


Beatriz Amazônas de Souza
Convênios
Matr. 210
Município de Monte Carlo - SC

Sonia Salete Vedovatto
Prefeita Municipal
Município de Monte Carlo - SC
CPF: 951.900.829-20



Convenios Monte Carlo

De: gerom@badesc.gov.br
Enviado em: segunda-feira, 9 de março de 2020 16:45
Para: convenios@montecarlo.sc.gov.br
Assunto: PROJETO APROVADO



Prezados colaboradores da Pref. Munic. de MONTE CARLO,

Cumprimentando-os cordialmente, informamos que o projeto 53 - Pavimentação em Pedra Irregular de Basalto com Drenagem Pluvial, Sinalização Viária e Passeios da Rua Vilma Caldart de Deus entre a Rua David Marcelo Sganderla e a Rua Joaquim Corrêa de Mello - Bairro São Carlos - Monte Carlo/SC foi APROVADO para financiamento no programa BADESC CIDADES.

A prefeitura poderá deflagrar o processo licitatório e encaminhá-lo ao BADESC conforme procedimento disponível no site www.badesc.gov.br link passo-a-passo BADESC CIDADES, desde que a operação de crédito esteja aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Sem mais, aproveitamos para renovar votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Gerência de Operações Municipais (GEROM) do BADESC

E-mail automático.
Favor não responder.

Rua Almirante Alvim, 491
CP: 1521 - CEP: 88015-380
Florianópolis - SC

Fone: (48) 3216 5000
FAX: (48) 3216 5007
Ovidoria: 0800 644 1212

GEROM - Gerência de Operações Municipais
Fone: (48) 3216 5000



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO



Of. nº 93/2020

Monte Carlo, 17 de junho de 2020.

Ao Senhores

ADAIR LUIZ GONÇALVES

MARIA CRISTINA DICK RIGO

VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Vereadores.

Município de Monte Carlo-SC.

Assunto: **Resposta ao ofício/projeto de lei 14/2020/CLJR/2020**

Senhores Vereadores,

Em resposta ao ofício encaminhado à Prefeita Municipal, datado 15/06/2020 o qual solicita esclarecimento do Projeto de Lei 14/2020, solicitando suplementação de orçamento do município esclarece que; não houve ainda, a transferência do recurso financeiro, uma vez que se trata de inserção do processo licitatório no sistema para que a Instituição Financeira faça análise e ,consequentemente, a transferência do respectivo valor (operação realizada) . Sabido que há existência da operação de crédito realizada junto ao Badesc conforme projeto de Lei já aprovado pela câmara, se faz necessário o Crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Monte Carlo, nos termos do projeto de Lei 14/2020.

No entanto, é necessário iniciar a obra, comprovando com Boletins de Medição da engenharia fiscalizadora e executora ,bem como suas ARTs (Medição e Vistoria), a conclusão de cada etapa para que ocorra o repasse do respectivo valor.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

SONIA SILENE VEDOVATTO
Prefeita Municipal